



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**SÔNIA LUIZA FREITAS DOS SANTOS**

**CUSTO DA CESTA BÁSICA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB PÓS-  
PANDEMIA: RAÇÃO HUMANA E NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO DE BAIXA  
RENDA**

**JOÃO PESSOA**

**2024**

**SÔNIA LUIZA FREITAS DOS SANTOS**

**CUSTO DA CESTA BÁSICA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB PÓS-  
PANDEMIA: RAÇÃO HUMANA E NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO DE BAIXA  
RENDA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Laércio Damiane Cerqueira da Silva

**JOÃO PESSOA**

**2024**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S237c Santos, Sônia Luiza Freitas dos.

Custo da Cesta Básica no Município de João Pessoa/PB  
pós-pandemia: ração humana e nutricional da população  
de baixa renda. / Sônia Luiza Freitas dos Santos. -  
João Pessoa, 2024.  
59 f. : il.

Orientação: Laércio Damiane Cerqueira da Silva.  
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. População de baixa renda. 2. Cesta básica. 3.  
Custo da cesta básica. 4. Contabilidade de custos. 5.  
Segurança alimentar e nutricional. I. Silva, Laércio  
Damiane Cerqueira da. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 657

**SÔNIA LUIZA FREITAS DOS SANTOS**

**CUSTO DA CESTA BÁSICA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB PÓS-  
PANDEMIA: RAÇÃO HUMANA E NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO DE BAIXA  
RENDA**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do TCC em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **LAERCIO DAMIANE CERQUEIRA DA SILVA**  
Data: 02/05/2024 07:48:03-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Presidente: Prof. Dr. Laércio Damiane Cerqueira da Silva

**Instituição: UFPB**

Documento assinado digitalmente  
 **VERA LUCIA CRUZ**  
Data: 02/05/2024 09:35:42-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia Cruz

**Instituição: UFPB**

Documento assinado digitalmente  
 **MOISES ARAUJO ALMEIDA**  
Data: 02/05/2024 11:34:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro: Prof. Dr. Moisés Araújo Almeida

**Instituição: UFPB**

João Pessoa, de 30 de abril 2024.

## **DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA**

Eu, Sônia Luiza Freitas dos Santos, matrícula nº 20180174890, autora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado O custo da Cesta básica no Município de João Pessoa/PB pós-pandemia: ração humana e nutricional da população de baixa renda, orientado pelo professor Laércio Damiane Cerqueira da Silva, como parte das avaliações do Curso de Ciências Contábeis no período letivo 2023.2 e requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela, declaro que o trabalho em referência é de minha total autoria, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte, além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho, obedecendo aos padrões nacionais para referências diretas e indiretas, ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho. Afirmo que em hipótese alguma representa plágio de material disponível em qualquer meio, e declaro, estar ciente das penalidades previstas nos artigos 184 e 298 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal Brasileiro, como também declaro não infringir nenhum dispositivo da Lei nº 9.610/98 – Lei dos Direitos Autorais.

Assim, se houver qualquer trecho do texto em questão que configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais, assumo total responsabilidade, ficando a Instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, ou pela veracidade e originalidade desta obra, cabendo ao corpo docente responsável pela sua avaliação não aceitá-lo como Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, no Curso de Ciências Contábeis, e, por conseguinte, considerar-me reprovado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Por ser verdade, firmo a presente.

João Pessoa, 30 de abril de 2024

---

SÔNIA LUIZA FREITAS DOS SANTOS

Dedico este trabalho a minha mãe por todo o esforço, dedicação e o apoio em cada momento de minha vida. Pois sua garra e determinação em querer o meu melhor, me tornou uma pessoa mais forte e capaz de alcançar qualquer objetivo por mim traçado.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por sua bondade e infinita misericórdia.

A minha mãe Sônia, por todo esforço, dedicação e apoio em cada momento de minha vida.

A todos os professores que contribuíram para a minha formação acadêmica, em destaque meu orientador Prof. Dr. Laércio Damiane Cerqueira da Silva.

As minhas colegas de graduação Alanna, Irenilda, Jéssica, Renatha e Michelle pela convivência, aprendizado e apoio em todos momentos durante este período.

E a todos aqueles que, direta ou indiretamente, participaram desse momento.

*“Minha energia é o desafio,  
minha motivação é o impossível,  
e é por isso que eu preciso  
ser, à força e a esmo, inabalável.”*

Augusto Branco

## RESUMO

O acesso à alimentação saudável e completa é de suma importância, pois todo e qualquer ser humano precisa se alimentar para sobreviver. No Brasil a insegurança alimentar cresceu de forma geral, com um impacto maior no que se refere às camadas menos favorecidas da população. Procurando amenizar o orçamento das famílias que vivem em vulnerabilidade, o governo criou a cesta básica, conhecida como “Ração Humana”, para que possibilitasse o acesso mínimo a uma alimentação nutritiva. Nesse contexto, o objetivo da pesquisa é analisar o reflexo da variação da cesta básica sobre o consumo da população de baixa renda do Município de João Pessoa após a pandemia. Especificamente o estudo mostra, por meio de dados retirados juntos a departamento de pesquisas, como o valor do custo da cesta básica está relacionado ao comportamento da dinâmica dos preços dos produtos que a compõem, visto que sofrem variações decorrentes a fatores climáticos, políticos, educacionais, sociais, econômicos e financeiros. Pode-se concluir que o custo da cesta básica no Município de João Pessoa apresenta um dos menores custos do Brasil, mas ainda não sendo suficiente para garantir o acesso a todos. Os índices inflacionários como INPC e INPCA não são capazes de explicar de forma significativa as variações dos preços dos itens que a compõem. O acompanhamento dos preços da Cesta Básica é de grande importância, pois o monitoramento do seu custo obedece a critérios rigorosos e sistemáticos. E, por fim, a Contabilidade de forma social pode auxiliar a população de baixa renda na compreensão das variações dos preços dos itens da cesta básica, na redução dos custos por meio da substituição de produtos e na rentabilidade do seu salário mensal.

**Palavras-chave:** Baixa Renda. Cesta básica. Contabilidade. Custo.

## **ABSTRACT**

Access to healthy and complete food is of paramount importance, as each and every human being needs to eat to survive. In Brazil, food insecurity has grown in general, with a greater impact on the less favored sections of the population. Seeking to alleviate the budget of families living in vulnerability, the government created the basic food basket, known as “Human Ration”, to provide minimum access to nutritious food. In this context, the objective of the research is to analyze the impact of the variation in the basic food basket on the consumption of the low-income population in the Municipality of João Pessoa after the pandemic. Specifically, the study shows, through data collected from the research department, how the value of the cost of the basic food basket is related to the behavior of the price dynamics of the products that make it up, as they undergo variations resulting from climatic, political, educational factors, social, economic and financial. It can be concluded that the cost of the basic food basket in the Municipality of João Pessoa has one of the lowest costs in Brazil, but it is still not enough to guarantee access to everyone. Inflationary indices such as INPC and INPCA are not able to significantly explain the price variations of the items that compose it. Monitoring the prices of the Basic Basket is of great importance, as monitoring its cost follows strict and systematic criteria. And, finally, Social Accounting can help the low-income population understand variations in the prices of items in the basic food basket, reduce costs through product substitution and improve the profitability of their monthly salary.

**Keywords:** Basic food basket. Low Income. Cost. Social accounting.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                           |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 – Média da Cesta Básica Nacional e Município de João Pessoa 2021-2022-2023..... | 32 |
| Gráfico 2 – Custo Mensal da Cesta Básica entre os anos de 2021, 2022 e 2023.....          | 34 |
| Gráfico 3 – Variação dos itens da Cesta Básica.....                                       | 40 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                  |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1- Provisões mínimas estipuladas pelo Decreto-Lei nº399/1938.....                         | 16 |
| Quadro 2- Regiões e Estados que a compõem.....                                                   | 17 |
| Quadro 3- Salário-mínimo nominal e necessário no Brasil para aquisição da Cesta Básica 2023..... | 25 |

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Provisões mínimas estipuladas pelo Decreto-Lei nº 399/1938.....37

Tabela 2- Salário-mínimo Vigente x Salário-mínimo Necessário 2021-2022-2023....38

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|        |                                                                     |
|--------|---------------------------------------------------------------------|
| CIA    | <i>International Accouting Standards Board</i>                      |
| CLT    | Consolidação das Leis Trabalhistas                                  |
| DIEESE | Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos |
| FIPE   | Índice dos Preços dos Alimentos                                     |
| IBGE   | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                     |
| IGP    | Índice Geral de Preços                                              |
| INPC   | Índice Nacional de Preços ao Consumidor                             |
| INPCA  | Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo                       |
| Ltda.  | Limitada                                                            |
| POF    | Pesquisa de Orçamentos Familiares                                   |
| SNIPC  | Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor                 |
| UFPB   | Universidade Federal da Paraíba                                     |

## SUMÁRIO

|                                                                                        |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>                                                                    | <b>8</b>  |
| 1.1 PROBLEMA DA PESQUISA                                                               | 11        |
| 1.2 OBJETIVOS                                                                          | 11        |
| 1.2.1 Objetivo geral                                                                   | 11        |
| 1.2.2 Objetivos específicos                                                            | 11        |
| 1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO                                                            | 11        |
| <b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>                                                        | <b>13</b> |
| 2.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL                                                  | 13        |
| 2.2 POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA                                                           | 14        |
| 2.3 CESTA BÁSICA                                                                       | 16        |
| 2.4 CUSTO DA CESTA BÁSICA                                                              | 18        |
| 2.4.1 Conceito de Custo e suas classificações                                          | 18        |
| 2.4.1.1 Indexadores inflacionários                                                     | 19        |
| 2.4.2 Contabilidade de Custos e o Custo da cesta básica                                | 21        |
| 2.4.3 Relação inflacionária entre o custo da cesta básica e o salário-mínimo           | 23        |
| 2.4.4 Poder de compra                                                                  | 26        |
| 2.4.5 O Custo da alimentação pós pandemia                                              | 27        |
| <b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>                                                  | <b>29</b> |
| 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA                                                          | 29        |
| 3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA                                                                | 30        |
| 3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS                                                   | 30        |
| 3.3.1. O instrumento de pesquisa                                                       | 30        |
| 3.4 MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS                                                       | 31        |
| <b>4.RESULTADO DA PESQUISA</b>                                                         | <b>32</b> |
| 4.1 ANÁLISE DO CUSTO DA CESTA BÁSICA                                                   | 32        |
| 4.2 ANÁLISE DO CUSTO DA CESTA BÁSICA EM RELAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO E CUSTO NO ORÇAMENTO | 37        |
| 4.3 SALÁRIO-MÍNIMO VIGENTE E SALÁRIO-MÍNIMO IDEAL                                      | 38        |
| 4.4 VARIAÇÃO DOS ITENS DA CESTA BÁSICA                                                 | 39        |
| <b>5.CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                          | <b>42</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                     | <b>44</b> |
| <b>APÊNDICE</b>                                                                        | <b>49</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A sobrevivência em relação à alimentação existe desde os primórdios da humanidade, iniciado pela caça, pesca e a coleta dos frutos na própria natureza. Depois o homem passou a produzir seu próprio alimento, a cultivar plantas e domesticar seus animais para garantir o seu sustento e de sua família.

A agricultura e a pecuária tiveram um papel bastante importante no avanço da produção de alimentos, devido às práticas desenvolvidas pelos agricultores familiares, trazendo mais sustentabilidade na forma de produzir e de integralizar as atividades na terra (Silva, 2014).

Ainda segundo o autor Silva (2014), com o desenvolvimento de um sistema de produção agrícola moderno e eficiente (agronegócio), as diversas culturas alimentares foram bastante afetadas e grande parte dos agricultores familiares começaram a migrar aos centros urbanos. Essa migração proporcionou um aumento dos problemas socioeconômicos, como desemprego, falta de moradia, discrepância social e aumento da pobreza.

As desigualdades econômicas e sociais do país têm impossibilitado o cidadão de ter acesso a uma alimentação adequada para suprir suas necessidades básicas e nutricionais. Por mais que esse alimento esteja disponível para compra, muitos não possuem condições financeiras e econômicas para tal consumo (Abreu, 2001).

A busca pela redução da fome é algo bastante difícil no Brasil, devido à falta de projetos e investimentos nas áreas: pública e privada. É preciso uma mudança estrutural, com ações que promovam o progresso tecnológico e um aumento de capital do país, principalmente para essa população de baixo poder aquisitivo.

Os programas de transferência de renda, por exemplo, é uma das ações que têm a função de complementar a renda, tornando-se um papel importante na ampliação do orçamento familiar dos mais pobres e democratizando o acesso às novas oportunidades (Coelho, 2010).

E como principal ação social na busca por alimentos com quantidades balanceadas de nutrientes, foi criada a chamada ração essencial mínima, conhecida como “cesta básica”. Essa assistência alimentar surgiu com o Decreto Lei nº 399, de 30 de dezembro de 1938, que estabeleceu o salário-mínimo e as quantidades diárias de alimento, composta de 13 itens, e formulada a partir de estudos da década de 1930,

com a finalidade de ser suficiente para o bem-estar de um trabalhador em idade adulta (Silva, 2019).

No início de 1959, o Dieese passou a acompanhar mensalmente o custo da Cesta Básica Nacional, analisando a evolução dos preços dos produtos que a compõem. Os produtos e as quantidades foram levados em conta aos aspectos de consumo de cada região, não existindo padrão específico, pois a cesta básica é um instrumento de custo de avaliação de vida e da evolução do quadro socioeconômico do país (DIEESE, 2009).

Este tipo de pesquisa veio com intuito de auxiliar a população de baixa renda, pois, com a variação dos preços, a busca pelos itens da cesta básica se torna algo mais fácil, além de possibilitar a rentabilidade do salário no mês.

Apesar da assistência alimentar estar em uso há mais de 60 anos, o direito à alimentação adequada só teve força no Brasil diante da Emenda Constitucional nº 64 de 2010, que inseriu a alimentação no rol de direitos sociais que estão elencados no artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Mesmo com o aumento da produção de alimentos, o baixo consumo persiste para uma boa parte da população vulnerável do nosso país (Araújo, 2013).

Em paralelo a esses fatos, a contabilidade percebeu que precisava aprimorar um de seus ramos, a contabilidade de custos, com intuito de desenvolver um sistema de custos, que facilitasse no processo de análise, organização e interpretação dos dados, e assim gerar níveis de informações com finalidade de atender as necessidades de controle e exigências do usuário em relação ao seu próprio custo e consumo (Leone, 2010).

Martins (2003) enfatiza que a Contabilidade de Custos passou a ter um olhar diferenciado, deixando de ser uma mera auxiliar nas avaliações dos estoques e lucros, passando a ser uma arma de planejamento, controle e tomada de decisões. Essa mudança possibilitou à população conhecer e compreender melhor sobre os custos de um produto, sua rentabilidade, sua substituição e sua precificação.

Ainda segundo Martins (2003, p. 6), *“o conhecimento sobre os custos é vital para saber se, dado o preço, o produto é rentável; ou se não é rentável, se é possível reduzi-los (os custos).”* Com isso, torna-se simples estabelecer metas e realizar planejamentos estratégicos para diminuir os gastos, de modo a obter maior satisfação quanto à aquisição de bens e serviços que se julguem necessários.

Outro aspecto relacionado ao usufruto da alimentação é a inflação, ponto de grande importância, pois gera o crescimento ou baixa da economia de um país, inviabilizando os objetivos de desenvolvimento e impedindo que o consumidor possa disponibilizar maior parte da sua renda com outras atividades e segmentos, privando a sua liberdade de escolha.

De acordo com Barros (2006), a economia brasileira passa por desafios inflacionários a longa data, com processos constantes da alta dos índices de desemprego e má distribuição de renda, fazendo com que o poder de compra das famílias diminua dia após dia, incidindo diretamente sobre o consumo agregado.

Diante dessa realidade a pandemia de Covid-19 veio para acentuar ainda mais o quadro de insegurança alimentar no mundo, de forma que os seus impactos foram sentidos em diversos setores da economia, em principal o terceiro setor, que tem como predominância suprir as necessidades das pessoas.

As medidas de bloqueio parcial ou total realizadas por diversos países para retardar e conter a disseminação da doença afetou uma parte da população. Muitas empresas, tiveram dificuldades para cumprir com suas obrigações financeiras, e acabaram interrompendo suas atividades. E como consequência, aumentou o índice de desemprego e de pobreza no país (Costa, 2020).

Em decorrência do País está vulnerável à economia internacional, o acesso ao alimento durante esse período inviabilizou o desenvolvimento, pois o índice de exportação diminuiu, gerando aumento dos preços e impedindo o consumidor de utilizar seu salário para usufruto de outras atividades, como vestes e lazer.

Diante do exposto até o momento, verifica-se o quanto o tema será de bastante importância no que se refere ao acesso e direito à alimentação digna e suficiente para satisfazer as necessidades básicas, e quanto a inflação afeta diretamente a vida da família no seu poder de compra, tornando-se “contramão” para o desenvolvimento de todo o país (Zaro, 2018).

Nesse contexto, o trabalho vem com intuito de medir os gastos com alimentação da população de baixa renda, por meio da análise do custo da cesta básica em relação ao salário disponibilizado para consumo. A partir das informações que serão apresentadas, compreender-se-á quesitos sobre o valor da cesta básica e como esse custo impacta na renda do trabalhador, na sua liberdade de escolha e consumo.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Estudar o fenômeno da variação de preço dos alimentos no custo de vida das pessoas é tarefa de grande relevância. Pois, conhecer o bem-estar de determinada população e diagnosticar entraves para o seu alcance decorrente da corrosão do poder de compra permitem a formulação de políticas públicas que favoreçam o processo de assistência alimentar (Barros; *et.al*, 2006).

Dessarte, busca-se entender: qual o reflexo da variação da cesta básica sobre o “bem-estar” da população de baixa renda no município de João Pessoa-PB no período pós-pandemia? Para responder à pergunta do estudo, foram traçados os objetivos que se encontram dispostos no item 1.2.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Em geral o objetivo é analisar o reflexo da variação da cesta básica sobre o consumo da população de baixa renda do Município de João Pessoa no período pós-pandemia.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) Compreender a dinâmica de preços dos produtos que compõem a cesta básica no município de João Pessoa;
- b) Verificar os índices do custo disponibilizado pelo Dieese e os departamentos de pesquisa;
- c) Estimar o impacto da média geral do custo da cesta básica sobre o nível de renda da classe baixa.

## 1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Como justificativa para o desenvolvimento do estudo, está a necessidade de se

compreender o quanto o período pandêmico ainda influencia no nível de preços dos itens da cesta básica na economia, no planejamento familiar financeiro, nas variações do custo de vida e no poder de compra de uma população em vulnerabilidade.

Como também pela escassez de estudos sobre o tema. A escolha de acompanhar os preços da cesta básica e seu monitoramento obedece a critérios rígidos e sistêmicos, o que a torna excelente indexador para salários também servindo para estimar variações no grau de acessibilidade alimentar de uma população (LAVINAS, 1998).

A escolha em identificar a relevância das variações dos preços da cesta básica, justifica-se, pela percepção dos consumidores na busca de tomadas de decisões assertivas sobre seus custos de acordo com sua renda familiar.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nessa seção faz-se uma exposição sobre os conceitos abordados no tema, apresentando uma breve revisão empírica e suas correlações ao proposto no estudo, buscando a abordagem sobre a importância do custo e o poder de compra da população de baixa renda em relação a Cesta Básica e como a contabilidade de custos pode auxiliar nas tomadas de decisões.

### 2.1 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

No Brasil, a Segurança Alimentar e Nutricional teve seu conceito adotado, nos termos da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, no Art. 3º, que menciona:

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Ratificando o exposto, a segurança alimentar independe da produção, da distribuição e do consumo de alimentos, mas sim da qualidade dos alimentos e da dieta alimentar adotada, pois, é importante destacar que o componente nutricional e a forma como são produzidos esses alimentos não possibilita o risco da segurança nutricional do indivíduo (Almeida, 2015).

Real e Schneider (2011) relatam que as expectativas de consumo, por meio das escolhas de alimentos mais condizentes com o novo estilo de vida, com o ritmo acelerado de trabalho, e pela praticidade, são menos satisfatórias ao paladar e ao aporte nutritivo.

As complexidades da forma de consumo, os desequilíbrios nutricionais e a deficiência financeira são fatores determinantes para as mudanças nos hábitos alimentares. Apesar da comida estar disponível para compra nos mercados, grande parte da população não tem condições econômicas para adquirir alimentos no volume adequado e com a qualidade necessária para atender suas demandas nutricionais, afetando de forma desigual os diferentes segmentos da sociedade, em principal os mais vulneráveis (Leão, 2013).

Entretanto, só em 2010 o Brasil incluiu a alimentação como um Direito Social, estabelecido no art. 6º da Constituição Federal após a Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, que expressa ser direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL,2010).

No momento em que a alimentação é reconhecida como um direito fundamental em si, não existe a necessidade de sua concessão está entrelaçada por outras áreas, como vem existindo com grande parte da política de assistência social (Bovolenta, 2017). O enfrentamento e a superação da situação de vulnerabilidade social necessitam contar com um campo de proteção social amplo e estruturado, constituído de bens, serviços, programas, projetos, benefícios e equipamentos das várias políticas públicas.

À medida que passou a diminuir as desigualdades sociais e adotar estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo, os mercados domésticos e de produção de bens de consumo se fortaleceram em seus sistemas. Conforme descreve Santiago (2020), esse direito à alimentação está inserido tanto no direito público, em que o Estado é o agente garantidor de que a população que vive em seu território não passe fome, com implantação de políticas públicas e o acesso aos alimentos. Já no direito privado as relações decorrem de obrigações entre os particulares.

Perante ao exposto, o acesso à alimentação está relacionado a viabilização de uma das expressões econômicas, a equidade, em que entende que a distribuição de riqueza e a moderação no preço deve ser igual entre os membros de uma sociedade. A equidade social possui relação mútua com a questão alimentar, contribuindo para a configuração do padrão de desenvolvimento socioeconômico vigente numa sociedade (BRASIL, 2013). Desse modo, ao compreender sobre segurança alimentar e nutricional, é concebível a percepção da sua importância no tópico seguinte.

## 2.2 POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

O Brasil por ser um país em desenvolvimento apresenta grandes contingentes populacionais com limitações financeiras e baixo nível educacional, onde a concessão

da pobreza está ligada diretamente à privação de recursos materiais, culturais e sociais de uma pessoa ou uma família (Barros, 2006).

A instabilidade da economia, a falta de acesso de bens/serviços e a má distribuição de renda são fatores determinantes que impulsionam o aumento da desigualdade das classes sociais. Barata (2013) enfatiza que é inegável que a posição de uma classe determina os aspectos da vida material dos indivíduos, definindo não apenas o acesso e a posse de recursos materiais, mas também as atividades da vida cotidiana.

Conforme citado pelo autor anteriormente a sociedade é composta por classes/grupos, que se diferenciam através da sua produção e do seu consumo, da obtenção de padrões e de hábitos de vida culturais distintos.

A população de baixa de renda, por exemplo, caracteriza-se por ser a classe (E) de menor índice de escolarização, de maior vulnerabilidade, de maior inclusão em programas de assistência social e com renda até R\$ 2.900,00 por família ou renda *per capita* mensal inferior a 25% do salário-mínimo (BRASIL, 1993).

Para as famílias carentes ou de baixa renda os itens essenciais pesam quase 90% do seu orçamento familiar, distribuídas em 83% em despesas totais de consumo (alimentação, saúde, educação e transporte), 5,5% em outras despesas correntes, 1% para aumento dos bens e 0,5% para diminuição das dívidas (IBGE, 2023). O poder de compra dos alimentos diminuiu nos últimos anos para todas as classes sociais, e em principal a classe E (maior vulnerabilidade), visto que para aquisição de uma cesta básica é preciso comprometer 60% do salário-mínimo vigente (Leão, 2013).

Outra vertente bastante importante é sobre o grau de endividamento dessa população, pois a maioria não detém de renda suficiente para o consumo mensal dos itens básicos, e na sua falta utiliza-se de cartão de crédito, que por mais que facilite o acesso e disponibilize prazos para seu pagamento, gera um aumento da inadimplência.

O IBGE (2023) afirma que, em uma década, a pobreza no país caiu de 44% para 22% da população. Apesar da melhora, 46 milhões de brasileiros vivem na pobreza. E os vulneráveis, que eram quase 82%, passaram a ser 63%: O Nordeste registrou 15 milhões de pobres a menos entre as regiões, ou seja, houve a maior queda em números absolutos.

Com essa contextualização sobre a população de baixa renda, faz-se necessário adentrar nas questões relativas à cesta básica como importante instrumento de equalização socioeconômica do país.

## 2.3 CESTA BÁSICA

A cesta básica tem seu conceito diversificado, de forma que vários autores usam como significado, um conjunto de bens que satisfazem a necessidade básica de uma família de trabalhadores, variando de acordo com o nível de renda. Por definição, a cesta básica é um termo genérico, incluindo gêneros alimentícios e produtos de higiene pessoal, limpeza e artigos de uso geral, suficientes para suprir as necessidades de uma família pelo período de um mês (Bovolenta, 2017)

Em 1938, passou a vigorar a Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, instituída pelo Decreto-Lei nº 399. Este estabeleceu que o salário-mínimo deveria contemplar a remuneração de todo o trabalhador adulto, sem qualquer distinção por dia normal de trabalho (Galvão, 2021).

Os bens e as quantidades estipuladas para cesta básica são diferenciados por região, como mostra o quadro 1:

**Quadro 1 - Provisões mínimas estipuladas pelo Decreto-Lei nº 399/1938**

| <b>Alimentos</b>          | <b>Região 1</b> | <b>Região 2</b> | <b>Região 3</b> | <b>Nacional</b> |
|---------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| <b>Carne</b>              | 6,0 kg          | 4,5 kg          | 6,6 kg          | 6,0 kg          |
| <b>Leite</b>              | 7,5 l           | 6,0 l           | 7,5 l           | 15,0 l          |
| <b>Feijão</b>             | 4,5 kg          | 4,5 kg          | 4,5 kg          | 4,5 kg          |
| <b>Arroz</b>              | 3,0 kg          | 3,6 kg          | 3,0 kg          | 3,0 kg          |
| <b>Farinha</b>            | 1,5 kg          | 3,0 kg          | 1,5 kg          | 1,5 kg          |
| <b>Batata</b>             | 6,0 kg          | -               | 6,0 kg          | 6,0 kg          |
| <b>Legumes (Tomate)</b>   | 9,0 kg          | 12,0 kg         | 9,0 kg          | 9,0 kg          |
| <b>Pão Francês</b>        | 6,0 kg          | 6,0 kg          | 6,0 kg          | 6,0 kg          |
| <b>Café em pó</b>         | 600 gr          | 300 gr          | 600 gr          | 600 gr          |
| <b>Frutas (Banana)</b>    | 90 unid         | 90 unid         | 90 unid         | 90 unid         |
| <b>Açúcar</b>             | 3,0 kg          | 3,0 kg          | 3,0 kg          | 3,0 kg          |
| <b>Banha /Óleo</b>        | 750 gr          | 750 gr          | 900 gr          | 1,5 kg          |
| <b>Manteiga/Margarina</b> | 750 gr          | 750 gr          | 750 gr          | 900 gr          |

Fonte: Adaptado do DIEESE (2009).<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Em 05 de março de 2024, foi publicado o Decreto nº 11.936, que estabelece a inclusão de novos itens na Cesta Básica.

A importância da Cesta Básica no Brasil, tanto sob o aspecto econômico como social, começou com a instituição da Lei do Salário-mínimo Nacional, ainda no Governo Getúlio Vargas, na década de 1930.

Fazendo parte de uma política de assistência social, a cesta básica é composta por 12 itens julgados como essenciais para a alimentação básica alimentar. Os alimentos que a compõem são: carne, leite, feijão, arroz, farinha de mandioca, tomate, pão, café, banana, açúcar, óleo e manteiga. O leite é considerado um item essencial devendo fazer parte de qualquer tipo de alimentação (BRASIL, 1938, p. 8600).

As regiões analisadas no quadro anterior têm suas quantidades mínimas estipuladas de acordo com o Decreto-Lei nº 399/1938 e determinadas por meio de estudos pelas Comissões dos salários-mínimos de cada região. Já a média nacional considera as quantidades descritas na Cesta normal para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional. No quadro 2, a seguir, especifica-se as regiões e os estados que as compõem:

**Quadro 2- Regiões e Estados que a compõem**

| <b>REGIÃO 1</b>                                                                    | <b>REGIÃO 2</b>                                                                                                                                       | <b>REGIÃO 3</b>                                                             |
|------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|
| Espírito Santo, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás. | Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Rondônia, Roraima e Tocantins | Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina |

Fonte: Adaptado do DIEESE (2009).

O quadro 2 mostra a subdivisão de Unidades Federativas Brasileiras por regiões, sendo que cada uma possui uma cesta básica com composição diferente de produtos e quantidades conforme suas proximidades territoriais e áreas econômicas, visto que a renda per capita entre os estados que constitui essas regiões possui estatísticas e provisões mínimas correlacionáveis.

Com a criação dos Escritórios Regionais do DIEESE, foi instituído o acompanhamento da Cesta nas várias capitais do Brasil, permitindo observar a variação dos preços de cada produto, o custo de cada um deles e quantas horas uma pessoa que ganha salário-mínimo precisa trabalhar para poder comprá-los (DIEESE, 2009).

Conforme Oliveira (2017), o processo de legalização da cesta básica e a remuneração por atividade foi bastante árduo, com lutas por parte dos trabalhadores e seus sindicatos, passando apenas na década de 1940 a usufruir do poder de compra para aquisição de itens de necessidade familiar.

Devido a renda do trabalhador assalariado sofrer menos variação do que o valor dos alimentos, a dificuldade em adquirir uma renda necessária para comprar o mínimo para alimentar sua família se torna cada vez mais recorrente nos dias atuais (Bovolenta, 2017).

Conhecida como “ração essencial mínima”, a cesta básica tem como objetivo desenvolver atividades de bem-estar humano e gestos de solidariedade para com a população em situação de risco social, com vistas à melhoria da qualidade de vida e obtenção de alimentos com boa qualidade, além de ser considerada um instrumento importante para avaliação do desenvolvimento socioeconômico, permitindo avaliar o comportamento do poder de compra de parte relevante da população (Leão, 2013).

Existe uma grande variedade em cesta básica no país, desde aos itens que a compõem até a variação por cidade, região e o estado. A sua constituição é baseada por levantamentos feitos mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em que se compara com o valor do salário-mínimo vigente, servindo como um indicativo que mede o custo de vida e o poder de compra da classe trabalhadora (Bovolenta, 2017). Para complementar o estudo, permite-se compreender na sequência o custo da cesta básica e sua relação com a inflação e o salário-mínimo.

## 2.4 CUSTO DA CESTA BÁSICA

### 2.4.1 Conceito de Custo e suas classificações

De acordo com Padoveze (2006), custos trata-se da mensuração econômica dos recursos (produtos, serviços e direitos) adquiridos para a obtenção e a venda dos produtos e serviços. Ou seja, custo é o valor pago por alguma coisa, por meio de uma transação entre duas partes, na qual um compra e outro vende.

Devido às palavras como custo, despesa, consumo, gasto, serem utilizadas largamente como sinônimos, Martins (2003, p. 16) define a palavra custo como: “*todo*

*gasto na aquisição de bens e serviços (ou na remuneração de capitais de terceiros) para a produção de outros bens e serviços.”* Valendo salientar que só é considerado gasto no momento que se reconhece contabilmente a dívida ou a diminuição do ativo no pagamento.

De acordo com Sens (2011), os custos são classificados quanto à relação de apropriação aos produtos e quanto ao nível de produção, em que a primeira classificação é composta por custo direto (existir uma medida de consumo na fabricação e não necessitam uma espécie de rateio) e custo indireto (aquele que necessita de algum critério de rateio ou estimativa para serem incorporados ao produto final).

Ainda segundo o autor, a segunda classificação é composta por custo fixo (aquele que quanto maior o volume maior será o custo em cima do produto), custo variável (aquele que varia de acordo com o volume produzido, tendo ligação direta na capacidade produtiva) e custo semifixo (aquele que tem um valor fixo em uma determinada faixa de produção e que variam se ultrapassar esta faixa) e custo semivariável, ou seja, aquele que existe uma taxa mínima fixada mesmo que não haja produção, ultrapassando esta taxa mínima o custo é medido conforme a sua utilização (Sens, 2011).

O Custo da Cesta Básica se faz por meio de levantamentos estatísticos realizados por departamentos especializados, em estabelecimentos comerciais e de serviços, que possuem produtos direcionados a sua constituição. Esses departamentos estão interligados ao IBGE - Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística, voltado especificamente a este tipo de análise. (IBGE, 2009).

De acordo com a Dieese (2009, p. 01), *“o preço médio de cada produto é multiplicado pelas quantidades definidas no Decreto-Lei n° 399, indicando o gasto mensal do trabalhador com cada produto, cuja soma é o custo mensal da Cesta Básica.”* A família considerada para esse cálculo é composta por 2 adultos e 2 crianças, que por hipótese, consomem como 1 adulto.

#### 2.4.1.1 Indexadores inflacionários

Na busca em atender a necessidade do consumidor em relação à evolução dos preços, foram criados indicadores que ajudam a acompanhar a variação dos preços relativos a um conjunto de determinados produtos e serviços em épocas e localidades diversas (IBGE, 2013).

Os principais indicadores para gerenciamento desses preços são o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPCA), que têm como unidade de coleta os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, as concessionárias de serviços públicos e os domicílios (Givisiez, 2010).

Segundo IBGE (2013), esses índices têm como finalidade obter informações sobre o real comportamento dos preços, deixando os consumidores frente aos valores relativos no mercado, substituindo produtos que tiveram alta por outros que tiveram baixa nos preços, além de proporcionar mudanças no padrão do consumo de novos bens e serviços. Ou seja, ajuda entender como anda o poder de compra dos consumidores, além de ser responsável por compor boa parte do indexador geral, o Índice Geral de Preços (IGP).

Com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE, permite-se a identificação da incidência inflacionária na estrutura de consumo das famílias observando-se 9 grupos de produtos e serviços: alimentação e bebidas; artigos de residência; comunicação; despesas pessoais; educação; habitação; saúde e cuidados pessoais; transportes e vestuário. Eles são subdivididos em outros itens. Ao todo, são consideradas as variações de preços de 465 subitens (IBGE, 2023).

O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) é o responsável pelo cálculo do indicador da cesta básica no Brasil, tornando-se referência no acompanhamento da evolução do poder de compra do trabalhador através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Corroborando, o IBGE declara:

O INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor tem como objetivo a correção do poder de compra dos salários, através da mensuração das variações de preços da cesta de consumo da população assalariada com mais baixo rendimento. Esta faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura populacional de 50% das famílias cuja pessoa de referência é assalariada e pertencente às áreas urbanas de cobertura do SNIPC - Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. (IBGE, 2023).

Com base no IBGE (2023), o INPC, além de verificar se os preços aumentaram ou diminuíram no período estabelecido, também é utilizado para definição do salário-mínimo, reajustes salariais em negociações trabalhistas e correção do valor da aposentadoria. Essa coleta acontece do 1º ao último dia de cada mês, em

estabelecimentos comerciais e empresas públicas e privadas de todo o país. Sendo de bastante relevância na verificação de qual inflação atingirá a população de menor renda e do impacto no seu poder de compra.

Já o INPC-A (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) é medido mensalmente pelo IBGE, que expressa: *“A população, objeto do INPC-A, é representada pelas famílias residentes em áreas urbanas com rendimento familiar monetário compreendido entre 1 e 40 salários-mínimos mensais, quaisquer que sejam as fontes de rendimento”* (IBGE, 2023). Ou seja, esse índice é utilizado como ferramenta para o controle da inflação por meio de metas, servindo como experimento para confirmar se a inflação está ou não dentro da meta.

Esses índices são formados com base em uma cesta de produtos e serviços, definidos por meio de parâmetros, em que um acompanha a evolução dos preços repassados aos consumidores de vários setores da economia e o outro mede a variação nos preços de uma série de produtos e serviços comercializados no varejo e compara os números obtidos com os dados do mês anterior. Com papel importante, esses índices são referências usadas pelo governo para monitorar a sua meta de inflação anual e para determinar as políticas monetárias e medidas econômicas que serão adotadas (DIEESE, 2009).

Segundo IBGE (2006, p. 31):

A razão maior para que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - tenha como referência populacional as famílias dessa faixa de renda prende-se ao fato de que é importante obter um indicador que reflita com precisão os efeitos das variações de preços nos grupos mais sensíveis. Estes grupos são aqueles que dispõem a totalidade de seus rendimentos em consumo corrente (alimentação, remédio, etc.) e têm nível de renda baixo (IBGE, 2006).

#### **2.4.2 Contabilidade de Custos e o Custo da cesta básica**

A contabilidade teve seu surgimento de forma rudimentar no início das primeiras sociedades, como um sistema de registro das relações econômicas de troca e por meio das partidas simples. Posteriormente, teve a sua evolução das atividades econômicas por meio do método das partidas dobradas, múltiplas e da plurilateralidade das contas (Santos, 2018).

Com o seu desenvolvimento, a contabilidade teve suas ramificações, e uma delas foi Contabilidade de Custos, que, de acordo Martins (2003), veio como uma forma eficiente de não só resolver os problemas de mensuração monetária dos

estoques e do resultado, como também no auxílio ao desempenho de uma nova missão, a gerencial.

Crepaldi (2023) corrobora que a Contabilidade de Custos é uma técnica utilizada para identificar, mensurar e informar os custos dos produtos e/ou serviços. Tendo como função gerar informações precisas e rápidas para a tomada de decisão.

A questão econômica e social é um assunto importante para a Contabilidade de Custos, pois sua finalidade é apurar e demonstrar o equilíbrio entre os rendimentos e os gastos familiares, objetivando estabelecer métodos de administração e de orçamentos da riqueza gerada, visto que o ambiente econômico vivido por uma família se torna um fator importante para o estudo e avaliação contábil, pois a contabilidade procura auxiliar as pessoas na melhor forma de gastar e distribuir o dinheiro, de modo a obter um bem estar na aquisição de bens e serviços que julgue ser necessários (Paula *et al.*, 2011).

No que condiz a contabilidade de custos, surgiu no século XVIII com a Revolução Industrial, com finalidade de calcular e apurar separadamente o valor dos estoques de produtos em elaboração, dos estoques dos produtos acabados, e por fim mensurar os seus resultados.

De acordo com Paula *et al.* (2011), ao olhar para fenômenos econômicos na Contabilidade, percebe-se que não há apenas descrições numéricas, mas, um auxílio para educação na cidadania. Pois, transforma seu ambiente formal em transmissão de conhecimentos, em espaço para observação dos problemas socioeconômicos que estão à sua volta, propiciando a construção de senso mais crítico acerca da área contábil, atribuindo-lhe valores e significados.

Nesse enfoque, Galvão (2021) menciona que ao se calcular e analisar o custo mensal da cesta básica, é possível descobrir quais produtos representam o maior custo do consumo, desde a verificação de quem sofre maior ou menor oscilação, como a identificação dos locais onde há produtos mais baratos, com intuito de substituição em período de escassez ou de grande variação.

Reitera-se, a medição dos valores da cesta básica é calculada pela Dieese, onde leva em consideração fatores como: as cestas de consumo por região; os locais de coleta; a ponderação dos produtos em relação ao tipo do equipamento do comércio; as amostras dos locais; os cadastros dos produtos, os tipos, as marcas e

as medidas dos produtos; Modelos de questionários; Calendário dos levantamentos; digitação; Conferência e análise crítica (DIEESE, 2009).

O objetivo principal de avaliar a evolução do custo da cesta básica é entender como a oscilação afeta o poder de compra e planejamento dos gastos do trabalhador assalariado. É possível descobrir, através da análise e do cálculo mensal da cesta básica, quais produtos sofrem variação de valores entre os meses, para facilitar a busca por produtos mais em conta que representem menor parcela de custo para a população.

Para base de cálculo da cesta básica, é considerado o salário-mínimo vigente da época e as quantidades de horas semanais trabalhadas, seguindo a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Atualmente esse cálculo do valor da cesta básica limita-se às capitais de cada estado, porém, sabe-se que existem diferenças significativas entre a capital do Estado e algumas cidades do interior (DIEESE, 2009).

No tópico seguinte abordar-se-á a relação da inflação com o custo da cesta básica e o salário-mínimo. Destacando as principais medidas adotadas para estabilizar os custos dos alimentos e o acesso para a população de baixo poder aquisitivo.

#### **2.4.3 Relação inflacionária entre o custo da cesta básica e o salário-mínimo**

As classes que possuem remunerações fixas são as mais afetadas quando ocorre um alto nível de inflação, pois gastam grande parte de seu salário em prol de sua subsistência, não podendo distribuir para outros bens e serviços. A população de baixa renda, por exemplo, que faz parte da classe de remuneração familiar com renda mensal por pessoa (renda per capita) de até meio salário-mínimo (R\$ 620,00) ou renda familiar total de até três salários-mínimos (R\$ 3.920,00), é a que mais sente o impacto da inflação (BRASIL, 2023).

Com uma longa experiência inflacionária, a economia brasileira passou por vários processos recessivos, desde altos índices de desemprego até a má distribuição de renda. Esses fatores desencadearam um padrão de consumo deficiente, pois grande parte das famílias ficaram impossibilitadas de ter o acesso ao mínimo suficiente para ter uma alimentação adequada.

A cesta básica teve seu custo relacionado com a tendência de corrosão do salário-mínimo, apesar de ocorrer variações pouco intensas durante o período inflacionário. As políticas salariais adotadas nos períodos de inflação não protegiam o consumidor de baixa renda na perda de poder aquisitivo e não solucionava o problema do aumento de preços praticados às vésperas de cada plano econômico (Souza; Reis, 2000).

Segundo Oliveira (2017), em 1980 o salário da sociedade que sobrevivia do trabalho tornava-se uma problemática por sua estagnação, a qual perdurou até o Plano Real, mitigando altos índices inflacionários. Com a abertura comercial na década de 90, as empresas começaram a se reestruturar, mas a reserva de mão de obra brasileira não teve a mesma trajetória.

Com estudos realizados em cada região, a Comissão do Salário-Mínimo, criada antes da instituição do Decreto, constituiu os valores mínimos regionais e uma lista de alimentos com suas respectivas quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro, cálcio e fósforo necessárias a uma pessoa adulta. Pela forma com que a Cesta Básica é mensurada, não poderia deixar de ser imagem dos produtos que a compõem, pois possui um peso importante no desenvolvimento econômico do país. (BRASIL, 1938)

O salário-mínimo é a menor remuneração que o empregador pode legalmente pagar para um colaborador, sendo estabelecido por lei e reavaliado todos os anos com base no custo de vida da população. Sua criação foi feita com base no valor mínimo que uma família composta por quatro membros gasta para garantir sua sobrevivência (Paula *et al.*, 2011).

De acordo com Galvão:

O decreto estabeleceu também uma estrutura de gastos de um trabalhador dos cinco itens que compõem essa estrutura (habitação, alimentação, vestuário, transporte e higiene) estipulou-se uma ponderação, onde a soma total é de 100% (Galvão, 2021).

Diante de sua constituição histórica, o salário-mínimo teve sua origem em tempo de grandes pressões econômicas e crises políticas, que contribuíram para um pensamento voltado para classes operárias decorrente da desvalorização e rejeição econômica.

De acordo com Barros (2006) no momento que o salário-mínimo começou a ser valorizado, a renda da população passou a fortalecer o mercado consumidor interno e melhorar as políticas públicas em relação à arrecadação de impostos, além

de ter influência direta na vida financeira de um indivíduo determinando seu custo de vida.

O regime de Metas de Inflação passou a ter retorno positivo e a se consolidar depois de dois anos da sua execução, devido um ajuste leve no balanço dos pagamentos e na redução das taxas de juros (Lacerda, 2010).

**QUADRO 3 – Salário-Mínimo Nominal necessário para aquisição da Cesta Básica (2023)**

| <b>Período</b> | <b>Salário-mínimo nominal<br/>2023</b> | <b>Salário-mínimo<br/>necessário</b> |
|----------------|----------------------------------------|--------------------------------------|
| Janeiro        | R\$ 1.302,00                           | R\$ 6.641,58                         |
| Fevereiro      | R\$ 1.302,00                           | R\$ 6.547,58                         |
| Março          | R\$ 1.302,00                           | R\$ 6.571,52                         |
| Abril          | R\$ 1.302,00                           | R\$ 6.676,11                         |
| Maio           | R\$ 1.320,00                           | R\$ 6.652,09                         |
| Junho          | R\$ 1.320,00                           | R\$ 6.578,41                         |
| Junho          | R\$ 1.320,00                           | R\$ 6.578,41                         |
| Agosto         | R\$ 1.320,00                           | R\$ 6.578,41                         |
| Setembro       | R\$ 1.320,00                           | R\$6.280,93                          |
| Outubro        | R\$ 1.320,00                           | R\$ 6.210,11                         |
| Novembro       | R\$ 1.320,00                           | R\$6.294,71                          |
| Dezembro       | R\$ 1.320,00                           | R\$6.439,62                          |

Fonte: Adaptado do DIEESE (2023).

De acordo com dados retirados do IBGE (2023), é possível verificar no quadro acima a diferença entre salários-mínimos atuais dos últimos meses em relação aos salários-mínimos ideais para o poder comprar e acesso a uma cesta de alimentos digna de uma família de alta vulnerabilidade.

Vale lembrar que - na macroeconomia e na microeconomia - quando a demanda por bens aumenta de forma que a oferta não consegue acompanhar esse mesmo aumento, o mercado, considerando uma concorrência perfeita, regula o nível dos preços para controlar essa demanda (Silva, 2014).

Tal “premissa” faz perceber a necessidade de se compreender o poder de compra da população, visto que o consumo dos alimentos de forma qualitativa e quantitativa acaba influenciando no processo dos aumentos salariais e de preços.

#### 2.4.4 Poder de compra

Tudo que envolve o trabalhador no meio social é considerado um instrumento importante no mercado que atua a Lei de oferta e demanda, pois se tem a necessidade de incorporar o que é relevante ao consumidor em relação ao seu poder aquisitivo frente às suas despesas mensais.

O termo “poder de compra” é considerado uma medida de felicidade ou satisfação que a pessoa tem ao usufruir bens e serviços, devido possuir renda satisfatória e equilibrada para poder consumir e tomar decisões de compras mais racionalmente. Porém, muitos indivíduos não possuem essas informações que ajudam no poder de decisão, passando muitas vezes de sua restrição orçamentária, através da utilização do crédito e do desejo do consumo imediato (Sicsu *et al.*, 2009).

A queda ou aumento do poder de compra do salário-mínimo, está relacionado aos planos econômicos e os fatores que influenciam os preços dos produtos, tais como: inflação, clima, oferta e demanda. Toda família que recebe um salário-mínimo, acaba comprometendo boa parte com a cesta básica, sendo ela semanal, quinzenal ou mensal. E sua aquisição está voltada de forma estreita as preferências dos consumidores e suas restrições orçamentárias (Oliveira, 2017).

A elevação dos índices da inflação no país está relacionada a vários fatores, e um deles foi a desvalorização do Real frente ao dólar, culminando no aumento dos custos dos produtos e na diminuição da demanda.

A variação dos preços pode impactar grandemente no comportamento de curto prazo na compra do consumidor para bens de consumo. Isto porque, à medida que o preço do produto aumenta, ocorrem mudanças na quantidade e na escolha da marca a ser comprada (Paula *et al.*, 2011). Nessa conjuntura, o poder de compra das famílias brasileiras vem diminuindo dia a dia, e o aumento constante dos preços vem impactando os números da inflação, refletindo diretamente nos custos da cesta básica, prejudicando a população.

Conforme o orçamento do indivíduo de baixa renda diminuiu, o seu destino passa a ter um percentual maior ao consumo do alimento, principalmente se comparado aos níveis sociais da classe média e alta. A perda do poder aquisitivo reflete diretamente no consumo dos alimentos, pois se faz um dispêndio maior, ou seja, faz com que os gastos iguais consumam quantidades menores (Almeida, 2023).

Ao se mensurar o comportamento dos preços dos produtos, é possível desenvolver estratégias que permitam a ampliação do poder de compra e a diversificação do consumo de produtos em vários estabelecimentos comerciais. Isso acontece devido às demandas variadas de alimentos, tanto de forma qualitativa ou quantitativa, dentro das regiões de oferta (Loriato; Pelissari, 2017).

#### **2.4.5 O custo da alimentação pós-pandemia**

Com o desenvolvimento de estratégias voltadas ao sistema agroalimentar, as pessoas passaram a ter disponibilidade maior e regular ao acesso de alimentos de baixo custo. As políticas de segurança alimentar foram determinantes para a recuperação do poder aquisitivo do cidadão, pela constituição de um mercado interno de massas e pela redução nos custos de alimentação (Paula, 2017).

Com um orçamento familiar mensal deficitário, os pobres foram os que mais sentiram a crise alimentar, por serem consumidores dependentes quase exclusivamente de alimentos, por ter um menor poder de compra e por não ter uma percepção nutricional adequada para promoção da sua saúde. (Araújo *et al.*, 2013)

Segundo Schneider *et al.* (2020), a criação de cestas com preços fixados, a disponibilização de listas de produtos ou kits que congregam conjuntos específicos de alimentos (frutas, grãos ou legumes, por exemplo) foram ofertadas aos consumidores durante o período, permitindo-lhes diversificarem suas dietas.

Ainda de acordo com Schneider *et al.* (2020), a demanda por alimentos nesse formato, especialmente orgânicos e agroecológicos, teve um aumento expressivo. A cesta básica ou ração essencial mínima veio como base para suprir as necessidades nutricionais de um indivíduo adulto saudável comparado às recomendações de ingestão dietética (Schneider *et al.*, 2020).

A pandemia gerou uma crise econômica no Brasil e no mundo, acarretando diversos aumentos no preço de produtos, mão-de-obra e matéria-prima em vários setores comerciais, e principalmente no setor de gêneros alimentícios, os preços dos alimentos da cesta básica tiveram aumentos exorbitantes, culminando no aumento do valor final da cesta básica (Claudino, 2022).

No Isolamento Social, a facilidade do preparo da comida, assim como acesso, rapidez e simplicidade ao alimento foram fatores essenciais durante a pandemia. A

diferença é que essa praticidade acabou, por muitas vezes, disponibilizando um alimento não saudável e pobre em nutrientes para alimentação. Sem falar que houve aumento na demanda por bens e serviços, ao tempo da repressão na oferta, ocasionando o aumento dos níveis inflacionários (Silva, 2020).

As questões macroeconômicas e de geopolítica foram fatores decisivos na influência do cenário da pós-pandemia, devido ao impacto que se teve na economia mundial. Poucos setores se posicionaram no cenário e buscaram formas para solucionar ou para reduzir os problemas causados pelo COVID-19. Dentre os principais fatores que possibilitaram essas mudanças estão: ganho de produtividade, aumento de salários, recuperação de emprego, oportunidade de trabalho, redução dos custos e diminuição das perdas (Schneider *et al.*, 2020).

O aumento do preço do petróleo pós-pandemia e do custo dos fretes, foram fatores que possibilitaram a diminuição na compra das cestas básicas, visto que acarretou a elevação dos preços dos produtos que a constitui. Esses e outros acontecimentos comprometeram o rendimento do trabalhador assalariado e gerou um grande peso na economia familiar, e a classe mais penalizada foi o grupo de baixa renda (Sicsu *et al.*, 2009).

### 3.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são descritas as características da metodologia utilizada, compreendendo a área de estudo, a fonte de dados, o tipo de pesquisa, os métodos de coleta e a técnica de análise dos dados utilizados para se chegar aos valores da cesta básica dos últimos três anos no município de João Pessoa.

Lembrando que a metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao proposto pela pesquisa, não devendo ser confundida com o conteúdo (teoria) nem com os procedimentos (métodos e técnicas) (Gerhardt; Silveira, 2009).

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Segundo Gil (2012, p. 26) “pesquisa é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Já Marconi e Lakatos (2015, p. 43) a definem como “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Ambos procuram definir a pesquisa como um processo de busca permanente, que sempre pode aparecer algo novo a ser revelado e que ajude na geração de novos conhecimentos.

Quanto ao tipo, a pesquisa se caracteriza por bibliográfica. Segundo Severino (2007, p. 122), a pesquisa bibliográfica é

aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados [...] (Severino, 2007 p.122)

O estudo bibliográfico obtido na literatura desta pesquisa está centrado na busca de informações de diversos autores, como também em artigos, monografias e teses, contribuindo acerca da correlação entre a alimentação e seus afins, abordando a problemática proposta e buscando alcançar os objetivos específicos.

Quanto a sua natureza, a pesquisa se caracteriza como qualitativa uma vez que, de acordo com Silveira e Córdova (2009, p. 32), “preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

Quanto aos objetivos, o estudo se classifica como descritivo, que, segundo Gil (2012, p. 28), a pesquisa descritiva é “aquela que descreve características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações invariáveis”.

Quanto aos procedimentos, é classificado como documental, pois caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação” (PIMENTEL, 2001).

### 3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Para fins deste trabalho, analisa-se apenas os produtos listados na cesta básica do DIEESE nos anos de 2021, 2022 e 2023, com verificação dos seus preços e as suas variações em relação ao salário base da população de baixa renda durante esses períodos. A amostragem dos produtos que compõem a cesta básica, contém preços praticados na cidade de João Pessoa durante os anos anteriormente citados.

### 3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para os valores mensais da cesta básica do município de João Pessoa-PB foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pelo DIEESE, juntamente ao IBGE, com valores dos últimos três anos (2021, 2022 e 2023).

Para os valores do INPC e INPC-A foram utilizados dados do sistema nacional de índices de preços ao consumidor do IBGE, para acompanhar a evolução dos preços em relação aos salários dos trabalhadores, comparando o preço da alimentação básica em relação ao salário-mínimo vigente.

#### 3.3.1. O instrumento de pesquisa

A importância da realização desse estudo se dá pela necessidade de compreensão e entendimento no levantamento de preços dos produtos de satisfação mínima nutricional, podendo auxiliar às famílias no planejamento das finanças e, por meio das análises, demonstrar as variações do custo de vida de uma população em vulnerabilidade.

### 3.4 MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS

O estudo tem com o método a verificação do comportamento da dinâmica dos preços dos produtos que compõem a cesta básica no município de João Pessoa, tendo em vista o cálculo do salário-mínimo necessário, conforme Índice do Custo de Vida.

A respeito no tratamento dos dados, possibilita-se a visualização por meio de tabelas e gráficos retirados de estudos realizados e divulgados pela DIEESE e pelo IBGE, a fim de facilitar a análise desses resultados e proporcionar uma melhor interpretação a respeito do custo da cesta básica nos pós-pandemia e quanto afetou em relação ao consumo e situação financeira da população de baixa renda.

As informações básicas utilizadas no presente trabalho foram retiradas de bases secundárias correspondentes aos preços médios mensais dos produtos da cesta, além do valor do salário-mínimo, relativos ao período dos anos 2021 a 2023.

A análise do comprometimento da cesta básica pelo salário-mínimo foi executada por meio do método da estatística descritiva, em que os dados foram dispostos em séries temporais, para assim, possibilitar a análise do período estipulado, bem como observar suas variações ao longo do tempo.

## 4.RESULTADO DA PESQUISA

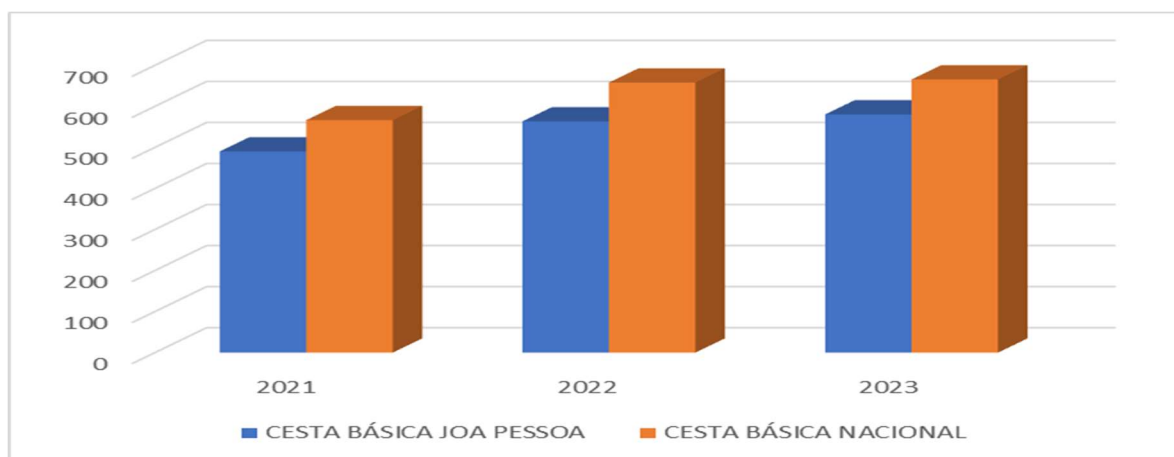
Neste capítulo são apresentados os resultados das análises dos indicadores INPC, INPCA e IBGE referente ao custo da cesta básica no Município de João Pessoa entre os anos de 2021 a 2023, correlacionado este custo às variações do comprometimento no orçamento familiar, bem como a média do valor do salário-mínimo atual e o satisfatório para suprir as necessidades alimentares e nutricionais. E por fim, verificar a oscilação dos preços dos produtos na redução ou um aumento dos custos no orçamento familiar.

A atualização dos valores independe do número do índice adotado, garantindo assim uma maior confiabilidade nas análises. Dessa forma, para as análises apresentadas no decorrer deste capítulo, foi utilizada a evolução de preços em valores correntes e constantes (obtido pelo DIEESE com sua base nos anos abordados).

### 4.1 ANÁLISE DO CUSTO DA CESTA BÁSICA

Na pesquisa, foram considerados como amostra os dados mensais de janeiro de 2021 a dezembro de 2023 para custo médio da cesta básica na cidade de João Pessoa. A partir da coleta desses dados disponíveis no *site* do DIEESE, foi possível construir um gráfico que apresenta o custo médio da cesta básica no Município de João Pessoa em comparação ao custo médio da Cesta Básica Nacional entre os anos de 2021 e 2023.

**Gráfico 1- Média da Cesta Básica Nacional e do Município de João Pessoa 2021-2022-2023**



Fonte: Adaptado do IBGE (2021,2022 e 2023).

Como observa-se no Gráfico 1, a Média Anual da cesta básica do Município de João Pessoa em relação à Média Anual Nacional foi relativamente mais baixa, condicionando-a como umas das cestas básicas de valores menores do país, de acordo com os dados coletados pelo IBGE (2023).

No ano 2021, mesmo considerada como uma das mais baixas, a cesta básica em João Pessoa teve um aumento anual em torno de 15,74% em relação ao ano anterior de acordo com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Departamento esse que realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Essa elevação ocorreu devido a demanda externa aquecida, do dólar em patamar atraente para as exportações e influência negativa nos custos de produção (elevando os preços dos insumos) e de problemas climáticos ocorridos nas regiões de cultivo (seca, geada) (DIEESE, 2021).

Entre as cidades do Norte e Nordeste, onde a composição da cesta é diferente das demais capitais do país, João Pessoa obteve uma das menores médias anuais, que ficou em torno de 13,46% a menos em relação à Nacional (INPC, 2021).

Valendo salientar que nesse período ocorreu uma redução na demanda por alimentos, uma vez que a economia seguia em baixa, com poucos empregos gerados, crescimento da informalidade e alto desemprego, freando o consumo da população principalmente de baixa renda (DIEESE, 2021).

No ano de 2022 o aumento dos preços persistiu na maioria dos meses, chegando à média anual de R\$ 563,44, o equivalente a 14,37% a mais do ano anterior. Esses aumentos em geral acima da média da inflação, obrigaram as famílias de baixa renda, por mais um ano, a substituir alimentos habitualmente consumidos por outros mais baratos ou similares (INPC, 2022).

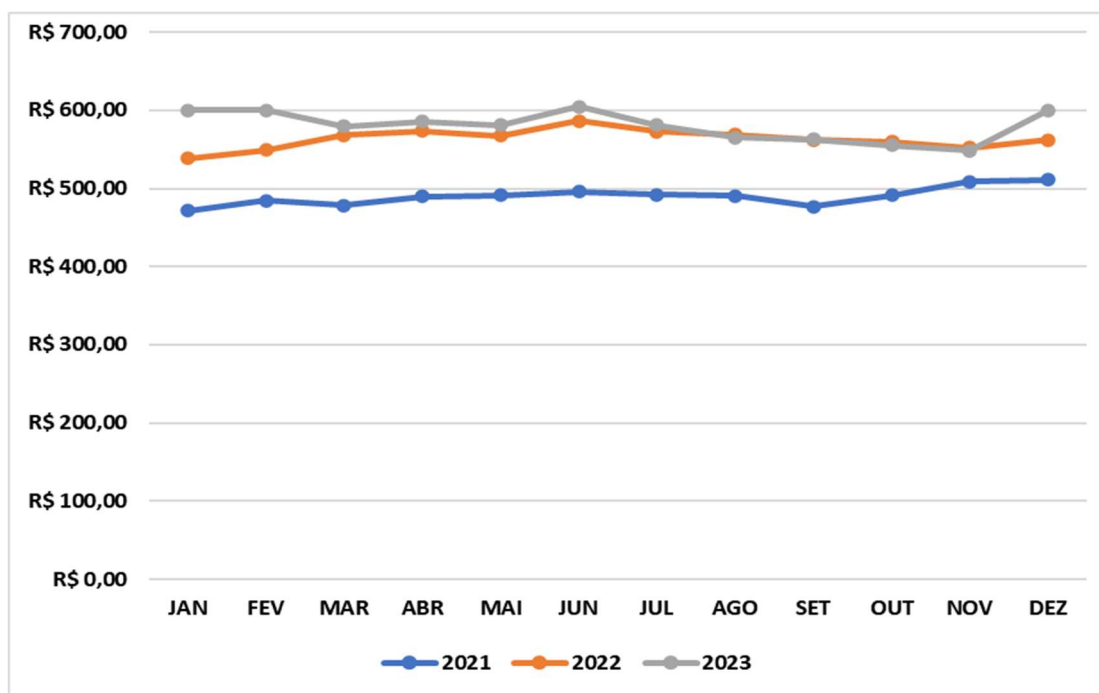
Os principais motivos das altas em 2022 foram o conflito externo entre Rússia e Ucrânia, a dificuldade de escoar a produção de trigo e óleo de girassol, o encarecimento dos custos de produção do leite no campo e a elevação de preço dos fertilizantes (DIEESE, 2022)

Em 2023, a trajetória dos preços da cesta básica continuou em alta até o primeiro semestre, ocorrendo uma redução a partir do segundo semestre, chegando a uma média de 12,76% a mais do que em 2022, movimento que, junto com a revalorização do salário-mínimo e a ampliação da política de transferência de renda,

trouxe alívio para as famílias brasileiras, que sofreram nos últimos anos em geral, com o aumento dos preços acima da média da inflação (IBGE, 2023).

De acordo com dados retirados de pesquisas feitas pelo INPC, INPCA e IBGE, o gráfico 2 representa as oscilações do custo da cesta básica nos anos de 2021, 2022 e 2023.

**Gráfico 2- Custo Mensal da Cesta Básica entre os anos de 2021, 2022 e 2023**



Fonte: IBGE (2023), adaptado pela autora.

De acordo com os dados levantados é possível notar uma alta no custo da cesta básica de janeiro a março de 2021, cujo fatores estão relacionados ao aumento de 8,49% do item açúcar, quando seu volume ofertado foi menor por causa da entressafra e da pressão das usinas para segurar a cotação, como também a taxa de câmbio valorizada, a demanda firme favorecendo a alta dos grãos de café, a demanda interna por derivados lácteos, o aumento do desemprego e a diminuição da renda (INPCA, 2021).

Já entre os meses de abril a agosto teve uma linearidade devido ao recuo nos preços da soja, do arroz, batata e do feijão, da desvalorização do dólar e à menor demanda de óleo para produção de biocombustível no varejo, fazendo com que parte da colheita fosse retida pelos produtores com o objetivo de manter o preço elevado,

mas as indústrias beneficiadoras reduziram a compra do grão, uma vez que a demanda pelos consumidores finais foi menor (DIEESE, 2021).

A partir do mês de setembro de 2021 a evolução dos preços da cesta voltou a subir, persistindo até o mês de dezembro de 2021, em decorrência da menor qualidade das pastagens, as expressivas altas nos custos de produção e a forte competição das indústrias por matéria-prima, derivando a baixa oferta de leite no campo e a alta dos derivados no varejo (INPC, 2021).

Ao analisar o gráfico em relação ao ano de 2022 percebemos que de janeiro a abril os preços mês a mês cresciam em torno de 2%, e como justificava teve o aumento do preço tomate, que devido a sua redução na colheita e a demanda alta, refletiu em uma menor oferta. Outro dado importante é que a menor oferta de leite fez crescer a importação de manteiga em março, explicando as altas de preços. (INPC, 2022).

No mês de maio de 2022, João Pessoa foi uma das cidades do Nordeste que teve a maior redução do custo da cesta básica, devido a elevação da oferta do fruto do tomate, com avanço da sua safra de inverno e uma rápida maturação. Em junho teve um leve aumento por consequência da baixa oferta do trigo e queda no preço no mercado internacional, e de uma taxa de câmbio desvalorizada, elevando o preço do grão e dos seus derivados no Brasil (DIEESE, 2022).

Percebe-se que a partir do mês de julho até dezembro de 2022, ocorreu uma queda gradativa do preço da cesta, essa redução teve vários fatores, dentre eles a maturação rápida dos frutos que eleva a oferta, uma menor oferta de leite no campo e uma oferta menor da carne bovina, inviabilizando o acesso de grande parte das famílias de baixa renda (DIEESE, 2022).

Em sequência da análise do gráfico 2, o custo da cesta básica em 2023 não destoa dos anos anteriores entre os meses de janeiro a junho, com aumentos progressivos. São vários os motivos que podem influenciar os aumentos dos produtos, desde o reajuste do salário-mínimo, a alta das cotações do feijão, um maior volume de exportação ocasionando maior demanda e menor oferta dos grãos, a mudança climática, a importação do leite que aumentou a oferta e os altos preços dos seus derivados inibiram a demanda interna (DIEESE, 2023).

Um fato bastante relevante a ser abordado, é que a cesta básica no mês de junho de 2023, foi a maior de todos os meses entre todos os anos abordados nesta

pesquisa, chegando ao valor de R\$ 604,89, em decorrência de vários fatores, entre eles o aumento da batata por ter a sua menor oferta devido ao fim da safra das águas e assim elevar as cotações, como também a restrição do açúcar, decorrente do atraso na colheita e da redução da moagem da cana, a valorização do dólar e a continuidade da guerra na Ucrânia, elevando assim os preços dos produtos da cesta básica (INPC, 2023).

O valor da cesta básica de João Pessoa apresentou a terceira maior queda no mês de julho de 2023, com decréscimo de 3,9%, decorrente da redução na demanda pelo feijão por ser período de férias escolares, pela queda do valor médio do quilo da carne bovina que favoreceu uma menor demanda interna, pela menor demanda do valor do leite integral e pelo ritmo de compra e venda de trigo que seguia lento nesse período (DIEESE, 2023).

Conforme observa-se no gráfico 2, a queda da cesta básica continua até o mês de novembro de 2023, com redução dos preços nos itens como o leite por ter uma maior oferta no campo, pelo grande volume colhido do feijão abastecendo o mercado, pela queda no volume exportado de carne devido ao cenário econômico de alguns países, pela queda do preço do tomate e pela redução da demanda por café fora do país gerando uma queda na exportação brasileira e aumento nos custos de produção (DIEESE, 2023).

Em dezembro de 2023 a cesta teve um aumento em torno de 3% em relação ao mês anterior, decorrente da alta no preço do açúcar cristal e refinado gerado pelo aumento das exportações, que reduziu a disponibilidade interna. Outro fator é a baixa oferta da farinha de mandioca que teve um aumento considerável, por ter demanda firme, por estar em uma entressafra e por passar por instabilidade climática (INPCA, 2023).

Com base no que foi analisado posteriormente, podemos constatar que a questão climática, o câmbio nacional desvalorizado estimulando a exportação, a guerra na Ucrânia por conflito de terras, o forte impacto da demanda externa sobre os preços internos e outros fatores informados acarretaram na sua maioria o aumento da cesta básica e aumento do custo das famílias para adquirir uma alimentação adequada.

## 4.2 ANÁLISE DO CUSTO DA CESTA BÁSICA EM RELAÇÃO AO SALÁRIO-MÍNIMO E CUSTO NO ORÇAMENTO

A partir dos dados divulgados pelo DIEESE em relação da cesta básica, o salário-mínimo e custo no orçamento familiar, foi possível compreender e identificar quanto a família de baixa renda precisa projetar o valor necessário para que no mínimo possa suprir suas necessidades alimentares.

A tabela a seguir mostra a média anual em relação à cesta básica, ao salário-mínimo e o quanto de comprometimento financeiro é preciso para adquirir esses alimentos.

**Tabela 1- Média Anual da Cesta básica, do salário-mínimo e do custo no orçamento da família no Município de João Pessoa**

| Ano  | Cesta básica<br>(R\$) | Salário Mínimo<br>(R\$) | Custo no orçamento<br>(%) |
|------|-----------------------|-------------------------|---------------------------|
| 2021 | R\$ 490,26            | R\$ 1.100,00            | 44,57                     |
| 2022 | R\$ 563,44            | R\$ 1.212,00            | 46,49                     |
| 2023 | R\$ 580,27            | R\$ 1.320,00            | 43,96                     |

Fonte: IBGE (2023), adaptado pela autora.

A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada pelo IBGE, mostrou que o valor da cesta básica no ano 2021, tem um custo de 44,57% quando o rendimento familiar que foi de R\$ 1.100,00, no ano de 2022 o custo foi 46,49% com o rendimento de R\$ 1.212,00 e em 2023 teve como custo de 43,96% no rendimento de R\$ 1.320,00. Percebe-se que, entre o ano de 2021 e 2022 ocorreu um leve aumento da cesta básica, acarretando um maior comprometimento de renda familiar, mas no ano de 2023 a média da cesta obteve uma leve queda e um menor comprometimento na renda da população que sobrevive com um salário-mínimo.

Esses dados mostram o quanto uma família de baixa renda não obtém um orçamento capaz de suprir suas necessidades básicas de alimentação, visto que o custo de quase 50% de sua renda teria que ser voltado para alimentação, isso não incluindo gastos com educação, saúde, vestuário e higiene pessoal.

### 4.3 SALÁRIO-MÍNIMO VIGENTE E SALÁRIO-MÍNIMO IDEAL

O salário-mínimo foi estabelecido por lei e é reavaliado todos os anos com base no custo de vida da população e sua criação foi feita com base no valor mínimo que uma família composta por quatro membros possa gastar com suas necessidades básicas para garantir sua sobrevivência.

Já o salário necessário é uma estimativa do que deveria ser o salário vigente. O seu cálculo é feito utilizando o custo da cesta básica multiplicado por três (família composta por 2 adultos e 2 crianças, que seu consumo é considerado como 1 adulto) e dividido pelo índice de alimentação que é obtido pelo POF (Pesquisa de Orçamento Familiar) realizado pela DIEESE. Esse resultado é considerado o valor total que uma família precisa custear todos os seus gastos com alimentação, saúde, educação e lazer.

A tabela a seguir mostra mensalmente entre os anos de 2021 e 2023 o salário-mínimo vigente do ano e o salário-mínimo necessário para custear as necessidades básicas alimentares.

**Tabela 2- Salário-mínimo Vigente x Salário-mínimo Necessário 2021-2022-2023**

| SALÁRIO MÍNIMO | 2021 VIGENTE | 2021 NECESSÁRIO | 2022 VIGENTE | 2022 NECESSÁRIO | 2023 VIGENTE | 2023 NECESSÁRIO |
|----------------|--------------|-----------------|--------------|-----------------|--------------|-----------------|
| JAN            | R\$ 1.100,00 | R\$ 5.495,52    | R\$ 1.212,00 | R\$ 5.495,52    | R\$ 1.302,00 | R\$ 6.641,58    |
| FEV            | R\$ 1.100,00 | R\$ 5.375,05    | R\$ 1.212,00 | R\$ 6.012,18    | R\$ 1.302,00 | R\$ 6.547,58    |
| MAR            | R\$ 1.100,00 | R\$ 5.315,74    | R\$ 1.212,00 | R\$ 6.394,76    | R\$ 1.302,00 | R\$ 6.571,52    |
| ABR            | R\$ 1.100,00 | R\$ 5.330,69    | R\$ 1.212,00 | R\$ 6.754,33    | R\$ 1.302,00 | R\$ 6.676,11    |
| MAI            | R\$ 1.100,00 | R\$ 5.351,11    | R\$ 1.212,00 | R\$ 6.535,40    | R\$ 1.320,00 | R\$ 6.652,09    |
| JUN            | R\$ 1.100,00 | R\$ 5.421,84    | R\$ 1.212,00 | R\$ 6.527,67    | R\$ 1.320,00 | R\$ 6.578,41    |
| JUL            | R\$ 1.100,00 | R\$ 5.518,79    | R\$ 1.212,00 | R\$ 6.388,55    | R\$ 1.320,00 | R\$ 6.528,93    |
| AGO            | R\$ 1.100,00 | R\$ 5.583,90    | R\$ 1.212,00 | R\$ 6.298,91    | R\$ 1.320,00 | R\$ 6.389,72    |
| SET            | R\$ 1.100,00 | R\$ 5.657,66    | R\$ 1.212,00 | R\$ 6.306,97    | R\$ 1.320,00 | R\$ 6.280,93    |
| OUT            | R\$ 1.100,00 | R\$ 5.886,50    | R\$ 1.212,00 | R\$ 6.458,86    | R\$ 1.320,00 | R\$ 6.210,11    |
| NOV            | R\$ 1.100,00 | R\$ 5.969,17    | R\$ 1.212,00 | R\$ 6.575,30    | R\$ 1.320,00 | R\$ 6.294,71    |
| DEZ            | R\$ 1.100,00 | R\$ 5.800,98    | R\$ 1.212,00 | R\$ 6.647,63    | R\$ 1.320,00 | R\$ 6.547,58    |
| MÉDIA          | R\$1.100,00  | R\$ 5.558,91    | R\$1.212,00  | R\$ 6.366,34    | R\$1.320,00  | R\$ 6.493,27    |

Fonte: DIEESE (2023), adaptada pela autora.

Com base na tabela, percebemos que de fevereiro a maio de 2021 ocorreu uma redução do salário necessário em relação ao salário vigente, esse decréscimo é ocasionado pela redução dos preços dos alimentos naqueles meses, fazendo que o índice FIPE (Índice dos Preços dos Alimentos) reduza.

Já a partir de março de 2021 o valor do salário necessário começou a progredir até o mês de junho de 2022, quando teve sua maior alta, com o custo da cesta básica de R\$ 586,73 e com um salário necessário para cobrir seus custos de R\$ 6.527,67. Esse aumento nos preços ocorreu devido à desvalorização cambial, ao início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, e às questões climáticas que afetaram o cultivo dos produtos e suas exportações.

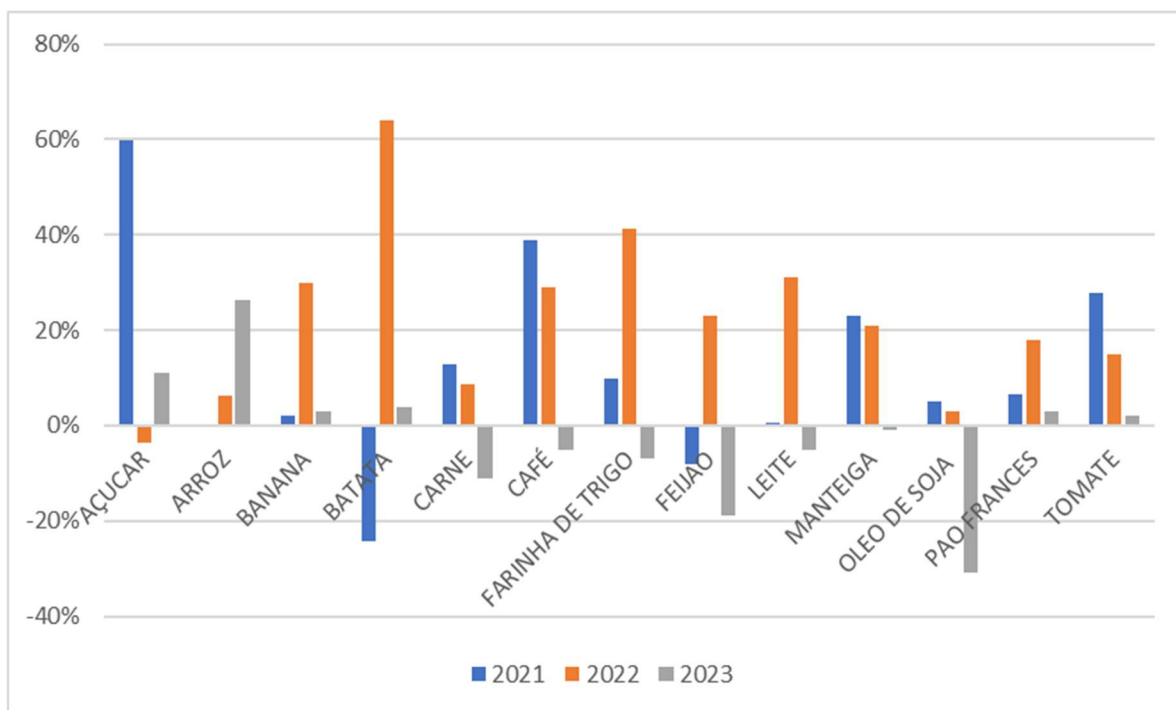
No ano de 2022 persistiu a linearidade dos aumentos da cesta básica afetando nos custos das famílias para suprir o mínimo possível das necessidades básicas de alimentação, mas o salário vigente não conseguia seguir essa mesma progressão. Mesmo com avanço na colheita do arroz, os preços seguiram firmes, devido às incertezas em relação ao volume da safra e à desvalorização cambial, que estimula a exportação (DIEESE, 2023).

Em relação ao ano de 2023 o aumento persistiu até o mês de junho, tendo queda em seguida entre julho e novembro, decorrente de alguns fatores como: a desvalorização do preço do óleo, o aumento da oferta da batata devido à colheita da safra de inverno, e o baixo consumo do leite.

#### 4.4 VARIAÇÃO DOS ITENS DA CESTA BÁSICA

A cesta básica é analiticamente considerada um custo fixo e variável ao mesmo tempo, fixo porque os produtos que a compõem fazem parte da alimentação para suprir as necessidades nutricionais do indivíduo, e variável devido esses produtos terem constantes oscilações em seus preços.

Os produtos da cesta básica que mais obteve variação ascendente durante o período analisado foram: açúcar, leite, farinha, batata, tomate, pão, café, banana e margarina. Itens os quais sempre estão como essenciais para suprir a necessidade de uma boa alimentação.

**Gráfico 3 - Variação dos itens da Cesta Básica**

Fonte: Adaptado do DIESSE (2023)

Percebe-se no gráfico 3 que no ano de 2021 o açúcar foi o produto que teve o maior aumento em relação a todos os anos analisados, a sua baixa oferta interna decorrente da redução do volume exportado, como também o clima seco e as geadas, fizeram com que o custo do produto se mantivesse alto ao longo dos anos. Outro item que oscilou crescentemente foi o café entre os anos de 2021 e 2022, que além de ter os mesmos fatores expostos anteriormente em relação ao açúcar, teve outro fator que ajudou nesse crescimento, que foi a elevação dos valores do frete internacional que provocou dúvidas em relação ao seu custo futuro (DIEESE, 2021).

Não deixando de destacar que no ano de 2021, o tomate teve o seu maior custo, tendo uma leve redução em 2022, isso porque ocorreu uma diminuição no plantio devido às chuvas intensas, gerando perdas nas plantações e aumentando a incidência de doenças nas lavouras. Salientando que o tomate é uma hortaliça muito sensível a temperatura, e sempre está em constante mudanças de preços.

Neste contexto, o quarto e último item que teve crescimento na maioria dos anos foi a manteiga, produto derivado do leite, o qual sofreu pelos elevados custos de produção agrícola e do transporte de alimentos, como também pelos baixos estoques nacionais e custos elevados de produção.

Pelo que se pode observar no gráfico 3 em relação aos itens que tiveram maior diminuição dos preços e consequentemente menor custo da cesta básica, foram: a batata, o feijão e o pão francês, itens os quais são essenciais para suprir a alimentação. A batata obteve uma redução bastante expressiva no ano de 2021, pois a colheita das safras abasteceu o mercado regularmente e elevou a oferta. Já o feijão a sua baixa em 2023 está relacionado a uma redução de área plantada e de uma menor demanda interna. O óleo de soja vinha em decréscimo desde o ano de 2021, tendo sua maior queda em 2023 devido a redução do preço nacional e internacional da soja, enfraquecendo o mercado interno e influenciou a diminuição dos preços.

De acordo com o gráfico 3 todos os itens da cesta básica tiveram oscilações, uns com acréscimos bastantes significativos como foi o caso da batata que subiu 64% no ano de 2022 e outros com decréscimo bastante positivo para custo da cesta básica como foi o caso do óleo de soja que chegou a -31%. Essas mudanças nos preços ocorrem por várias questões sejam elas climáticas, cambiais, inflacionárias, políticas, regionais e financeiras.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como finalidade analisar o reflexo da variação da cesta básica sobre o consumo da população de baixa renda do Município de João Pessoa no período pós-pandemia, como também, a função social da contabilidade, em buscar formas de auxiliar na redução dos custos dessa população para o acesso dos itens essenciais para uma boa alimentação.

Uma parte das famílias do município que obtém uma renda fixa razoável sempre busca gastar o máximo para atender suas necessidades, em contrapartida as que se encontram em vulnerabilidade não tem a mesma possibilidade, devido sua renda na maioria das vezes não conseguir suprir o mínimo de produtos que atendem uma alimentação básica.

O estudo mostrou que o valor do custo da cesta básica está relacionado ao comportamento da dinâmica dos preços dos produtos que a compõem, visto que sofrem variações decorrentes a fatores climáticos, políticos, educacionais, sociais, econômicos e financeiros.

A partir dos resultados apurados, conclui-se que apesar do Município de João Pessoa possuir umas das menores cestas básicas do país, ainda está distante da realidade das famílias de baixa renda desse município, que na maioria das vezes precisa trocar por alimentos não saudáveis, como os enlatados que são mais baratos, para poder reduzir seus custos e diminuir as suas despesas.

Foi visto que mesmo ocorrendo a redução em alguns meses da cesta básica nos períodos analisados, o valor ainda é muito alto chegando ao custo de quase 50% do salário vigente, e assim proporcionando um significativo comprometimento na renda das famílias em vulnerabilidade e inviabilizando o acesso a outros serviços voltados para o bem-estar do indivíduo (INPC, 2023).

Para analisar os valores dos itens considerados mais oscilantes, foram realizadas comparações por meio da estatística descritiva entre os meses e os anos. Os itens que mais pesaram no custo da cesta básica foram o açúcar, o café, o trigo, a batata e a carne bovina, fazendo como que ocorresse um custo maior e menor acesso das famílias a esses produtos.

Em relação ao tema a contabilidade está mais voltada à Contabilidade Social procurando esclarecer para população a melhor forma de reduzir seus gastos, orientando no que gastar e com que gastar, em compreender como pode distribuir

seus custos em relação ao que é mais necessário e se existe formas de substituição de alguns itens. Visto que ao se divulgar os dados e as variações dos preços dos produtos, auxiliaram no melhor desempenho de suas finanças e redução dos seus custos.

O trabalho teve algumas limitações por ausência de dados que poderiam enriquecê-lo, além do tema ser pouco explorado na contabilidade, mas nada que inviabilizasse a sua conclusão. De modo geral, os objetivos deste trabalho foram cumpridos, foi obtida a estimativa da média de preços da cesta básica entre os anos de 2021 e 2023, e como custo dos produtos comprometem o orçamento de uma família instável financeiramente.

Para trabalhos futuros sugerimos pesquisas mais aprofundadas sobre esse tema, como também a implantação de núcleos universitários de pesquisa sobre produtos da cesta básica, vinculados ao curso Contabilidade, para auxiliar as populações mais vulneráveis sobre importância do conhecimento doméstico financeiro para tomar boas decisões.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. V.A. **Insegurança Alimentar: a influência da inflação no poder aquisitivo dos brasileiros.** (2015 A 2021). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 73p, 2023. Disponível em: [https://repositorio.unipampa.edu.br/bitstream/riu/8477/1/1901560197\\_Jessica\\_Almeida.pdf](https://repositorio.unipampa.edu.br/bitstream/riu/8477/1/1901560197_Jessica_Almeida.pdf). Acesso em: 23 ago. 2023.
- ABREU, E. S. *et al.* **Alimentação mundial: uma reflexão sobre a história.** Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Nutrição, São Paulo, São Paulo, Brasil, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/LbJtCSFxbfqttrsDV9dcJcP/#>. Acesso: 10 set. 2023.
- ARAUJO, J. A. R; *et al.* **Orçamento familiar: uma análise do perfil de consumo da população de baixa renda.** XX Congresso Brasileiro de Custos – Uberlândia, MG, Brasil, 18 a 20 de novembro de 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/sonia/Downloads/cbc,+XXCongresso\\_artigo\\_0418.pdf](file:///C:/Users/sonia/Downloads/cbc,+XXCongresso_artigo_0418.pdf). Acesso em: 20 ago. 2023.
- BARATA, R. B; *et al.* Classe social: conceitos e esquemas operacionais em pesquisa em saúde. **Revista Saúde Pública**, São Paulo- SP, 2013;47(4):647-55. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/7VmBQBcpYV7Py9dQ48gZk5b/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 16 out. 2023.
- BARROS, R. P; *et al.* **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente.** Brasília: Ipea, 2006. 2 v.446 p. Disponível em : <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3249/1/Desigualdade%20de%20renda%20no%20Brasil%20-%20v.%20v.201.pdf>. Acesso em :03 set 2023.
- BOVOLENTA, G.A. **Cesta básica e assistência social: notas de uma antiga relação.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n.130, p. 507-525, set./dez. 2017.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 set. 2023.
- BRASIL. Lei nº 8742. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).** Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. Lei nº 11.346. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: DF, 15 de setembro de 2006.

BRASIL. Presidência da República. Constituição (1988). **Emenda Constitucional 2 nº 64, de fevereiro de 2010**. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm)

BRASIL. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional** / organizadora, Marília Leão. – Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p.il. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/DHAA\\_SAN.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf). Acesso: 05 set. 2023.

CLAUDINO, I. M. S. **Uma análise da cesta básica no município de Cajazeiras - Pb**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Licenciatura em Matemática) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba-IFPB, Campus Cajazeiras. Cajazeiras, 2022. 46f. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/2518/1/TCC%20-%20ISA%C3%8DAS%20MIGUEL%20DE%20SOUSA%20CLAUDINO.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

COSTA, S. S. **Pandemia e desemprego no Brasil**. Rev. Adm. Pública 54, Jul-Aug 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200170>. Acesso: 20 ago. 2023.

COELHO, M. P; *et al.* **Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010. 360p. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/politicas\\_de\\_desenvolvimento.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/politicas_de_desenvolvimento.pdf). Acesso em 01 set 2023.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade de custos / Silvio Aparecido Crepaldi, Guilherme Simões Crepaldi**. - 7. ed. – Barueri-SP Atlas, 2023.

DIEESE. **Metodologia da Cesta Básica de Alimentos 2009**. São Paulo: DIEESE., 2009. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>. Acesso em 02 set 2023.

DIEESE. **Metodologia da Cesta Básica de Alimentos**. São Paulo: DIEESE., 2021. Disponível em <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasicaAnteriores.html>. Acesso em 01 set 2023.

DIEESE. **Metodologia da Cesta Básica de Alimentos**. São Paulo: DIEESE, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/cesta/produto>. Acesso em: 01 set 2023.

DIEESE. **Em janeiro, as cestas do Nordeste têm as maiores altas**. São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica202301.html>. Acesso em: 02 out. 2023.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais: **Índice Nacional dos preços do Consumidor**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=conceitos-e-metodos>. Acesso em :12 set 2023.

IBGE. Sistema Nacional de índices do consumidor: **Métodos de cálculos**. Série Relatórios metodológicos. Volume 14. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/SISTEMA%20NACIONAL%20DE%20INDICES%20DE%20PRECO%20AO%20CONSUMIDOR.pdf>. Acesso: 13 set. 2023.

GALVÃO, T. R. **A importância da cesta básica para as famílias brasileiras**. Amazonlivejournal. Universidade Federal de Goiás- Campus Goiás. v. 3, n 3, p. 1-6, 2021. Disponível em : [https://amazonlivejournal.com/A importância da cesta básica para as famílias brasileiras \(amazonlivejournal.com\)](https://amazonlivejournal.com/A%20import%C3%A2ncia%20da%20cesta%20b%C3%A1sica%20para%20as%20fam%C3%ADlias%20brasileiras). Acesso em: 24 ago. 2023.

GERHARDT, T. E.; TOLFO, D. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120p. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 10 set 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. 5. reimpr. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

GIVISIEZ, G. H. N. Indicadores Regionais de preços ao consumidor: Índice da Cesta Básica Municipal. **4º Seminário de pesquisa - Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional**, Universidade Federal Fluminense - UFF, Campos

dos Goytacazes, RJ, 2010. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/268255417\\_INDICADORES\\_REGIONAIS\\_DE\\_PRECOS\\_AO\\_CONSUMIDOR\\_INDICE\\_DA\\_CESTA\\_BASICA\\_MUNICIPAL](https://www.researchgate.net/publication/268255417_INDICADORES_REGIONAIS_DE_PRECOS_AO_CONSUMIDOR_INDICE_DA_CESTA_BASICA_MUNICIPAL).

Acesso em: 22 set 2023.

LACERDA, A. C.; *et al.* **Economia Brasileira**. Organizadores: José Márcio Rego, Rosa Maria Marques; colaboração especial Rodrigo Antônio Moreno Serra. 4º. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Disponível em: [http://repositorio.unipampa.edu.br/bitstream/riu/8477/1/1901560197\\_Jessica\\_Almeida.pdf](http://repositorio.unipampa.edu.br/bitstream/riu/8477/1/1901560197_Jessica_Almeida.pdf). Acesso: 10 set 2023.

LAVINAS, Lena. **Acessibilidade alimentar e estabilização econômica no Brasil nos anos 90**. IPEA. Rio de Janeiro, 1998. Texto para discussão nº 591. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2440>. Acesso em: 01 fev. 2024.

LEAO, M. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p. il. Disponível: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/DHAA\\_SAN.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf). Acesso: 02 ago. 2023.

LEONE, G. S. G. **Curso de Contabilidade de Custos**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010. LORIATO, H.N.; PELISSARI, A.S. **Atributos determinantes na decisão de compra e satisfação dos clientes: um estudo em estabelecimentos que comercializam comida de rua**. *Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo*, 11(1), 2017. pag. 109–132. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v11i1.1164>

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. - 9. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7.ed. 10. reimpr. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

OLIVEIRA, A.T. **Análise da Evolução da Cesta básica pelo comprometimento do salário-mínimo no município de Maceió de 2010 a 2016**. F33:il. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas. Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências Econômicas, Santana do Ipanema, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufal.br/handle/riufal/3429>. Acesso em: 19 ago. 2023.

PADOVEZE, C. L. **Curso básico gerencial de custos**. 2. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cengage Learning, 2006.

PAULA, A. C. L.; SOARES, B. M. BONFIM, M. D. A variação do Custo da Cesta Básica para o consumidor. **Revista de iniciação científica**, são Sebastião do

Paraíso, v.1, n.1, p. 56-71, dez.2011. Disponível em: <http://libertas.edu.br/revistas/index.php/ricilibertas/article/view/13/5>. Acesso em 01 set. 2023.

PAULA, N. M. **Evolução do sistema agroalimentar mundial: contradições e desafios**. Curitiba: CRV, 2017. 226p.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. Cadernos de Pesquisa, n.114, p.179-195, nov., 2001.

REAL, L. C. Villa; SCHNEIDER, S. **O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do programa de alimentação escolar**. ESTUDO & DEBATE, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 57-79, Disponível em: <http://univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/563/553>. Acesso 14 de ago. 2023.

SANTIAGO, M. C. N. N. **Direito a alimentação como direito fundamental da personalidade: Dicotomia entre Público e Privado**. Revista de Direito Público Contemporâneo, Instituto de Estudos Constitucionais da Venezuela e Universidade Federal de Rural do Rio de Janeiro do Brasil, a.4, v.1, n.2, p.2, julho/dezembro, 2020. Disponível em: <http://www.semanticscholar.org/paper/Direito-à-alimentação-como-direito-fundamental-da-e-Santiago/4a81fb68d83ca25f19bb238d4d06a4917b65cc89>. Acesso em: 21 ago 2023.

SANTOS, M. A. **Contabilidade de custos**. Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, Salvador: UFBA, 2018. 103 p.: il. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/28063>. Acesso em: 18 set 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atualizada. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SENS, Marcos Antônio. **Gestão de custos**. Indaial: UNIASSELVI, 2011. 281 p. Disponível em: <http://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=7874>. Acesso em 10 ago. 2023.

SICSÚ, J; CASTELAR, A. **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento** / organizadores: João Sicsú, Armando Castelar. – Brasília: Ipea, 2009. 252 p. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3225/1/Livro\\_SociedadeeEconomia.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3225/1/Livro_SociedadeeEconomia.pdf) 2023. Acesso em: 02 out 2023.

SILVA, S. P. **A Trajetória da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política**: projetos, descontinuidade e consolidação. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD\\_1953.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf). Acesso: 01 set. 2023.

SILVA, R. B. **Uma análise comparativa do custo da Cesta Básica**. Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MG. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/2930> . Acesso em: 10 de set. 2023.

SILVA, R. C.R. **Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Artigo Ciênc. saúde coletiva 25 (9), Scielo, set- dez 2020. Disponível: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.22152020>. Acesso em: 11 set de 2023.

SILVEIRA, D. T; CÓRDOVA, F. P. **Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira**: coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.32, 2009. Cap.2. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.

SCHNEIDER, S.; *et al.* **Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação**. Scielo. Estud. av. 34 (100) • Sep-Dec 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.011>. Acesso em: 27 Ago. 2023.

SOUZA, J. M.G; REIS, J.N.P. A Evolução dos Custos da Cesta Básica na Cidade de Fortaleza no Período de 1985 a 1997. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 31, n. 1 p. 66-82, jan-mar. 2000. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2696/1/2000\\_art\\_jmgsouza.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2696/1/2000_art_jmgsouza.pdf). Acesso em : 10 out. 2023.

ZARO, M. **Desperdício de alimentos**: velhos hábitos, novos desafios / org. Marcelo Zaro. – Caxias do Sul, RS: EducS, 2018. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/e-book-desperdicio-de-alimentos-velhos-habitos.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2023.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A-Tabela do Custo Médio da Cesta Básica de João Pessoa e a Nacional.

| MÉDIA DA CESTA BÁSICA |        |        |        |
|-----------------------|--------|--------|--------|
| CESTAS BÁSICAS        | 2021   | 2022   | 2023   |
| João Pessoa           | 490,26 | 563,44 | 580,27 |
| Nacional              | 566,49 | 658,02 | 665,56 |

Fonte: Adaptado do DIEESE, 2021,2022 e 2023.

**APÊNDICE B-** Tabela do Custo Mensal da Cesta Básica

| <b>CUSTO DA CESTA BÁSICA MENSAL</b> |             |             |             |
|-------------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>MESES</b>                        | <b>2021</b> | <b>2022</b> | <b>2023</b> |
| Jan                                 | R\$ 471,87  | R\$ 538,65  | R\$ 600,06  |
| Fev                                 | R\$ 484,54  | R\$ 549,33  | R\$ 600,10  |
| Mar                                 | R\$ 478,52  | R\$ 567,84  | R\$ 579,57  |
| Abr                                 | R\$ 490,04  | R\$ 573,70  | R\$ 585,42  |
| Mai                                 | R\$ 491,63  | R\$ 567,67  | R\$ 580,95  |
| Jun                                 | R\$ 495,76  | R\$ 586,73  | R\$ 604,89  |
| Jul                                 | R\$ 492,30  | R\$ 572,63  | R\$ 581,31  |
| Ago                                 | R\$ 490,93  | R\$ 568,61  | R\$ 565,07  |
| Set                                 | R\$ 476,63  | R\$ 562,32  | R\$ 562,60  |
| Out                                 | R\$ 491,12  | R\$ 559,57  | R\$ 554,88  |
| Nov                                 | R\$ 508,91  | R\$ 552,43  | R\$ 548,33  |
| Dez                                 | R\$ 510,82  | R\$ 561,84  | R\$ 600,10  |

Fonte: Adaptado do DIEESE, 2021,2022 e 2023.

**APÊNDICE C-** Tabela da Variação dos itens da Cesta Básica

| <b>ITENS</b>     | <b>2021</b> | <b>2022</b> | <b>2023</b> |
|------------------|-------------|-------------|-------------|
| AÇÚCAR           | 60%         | -4%         | 11%         |
| ARROZ            | 1%          | 6%          | 3%          |
| BANANA           | 2%          | 30%         | 26%         |
| BATATA           | -24%        | 64%         | 4%          |
| CARNE            | 13%         | 9%          | -11%        |
| CAFÉ             | 39%         | 29%         | -5%         |
| FARINHA DE TRIGO | 10%         | 41%         | -7%         |
| FEIJÃO           | -8%         | 23%         | -19%        |
| LEITE            | 1%          | 31%         | -5%         |
| MANTEIGA         | 23%         | 21%         | -1%         |
| OLÉO DE SOJA     | 5%          | 3%          | -31%        |
| PÃO FRANCES      | 7%          | 18%         | 3%          |
| TOMATE           | 28%         | 15%         | 2%          |
|                  |             |             |             |

Fonte: Adaptado do DIEESE, 2021,2022 e 2023.